

Exma. Senhora Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República,

Enviamos a nota relativa à admissão do [Projeto de Lei n.º 902/XIII/3.ª \(BE\)](#), para efeitos de despacho pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento da Assembleia da República.

Forma da iniciativa	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	902/XIII/3.ª
Proponente/s:	Dezanove Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE)
Assunto:	Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (14.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).
Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:	Parece não se justificar
Comissão/ões competente/s em razão da matéria:	Comissão de Trabalho e Segurança Social (10.ª)
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Notas:

1-Tendo o proponente requerido o agendamento, por arrastamento, da sua discussão para a reunião plenária do dia 6 de julho, em conjunto com outras iniciativas sobre a mesma matéria, **não se justifica, em face do disposto no n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, a baixa desta iniciativa à comissão parlamentar competente.**

2-O artigo 3.º da iniciativa prevê a revogação da [Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto](#), "Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro".

A assessora parlamentar,
Lurdes Sauane

Direção de Apoio Parlamentar | Divisão de Apoio ao Plenário (ext. 11410)
4 de junho de 2018